

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

3



*Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Ivonete Barreto de Amorim
(Organizadores)*



Atena
Editora

Ano 2020

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

3



*Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Ivonete Barreto de Amorim
(Organizadores)*



Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista

Maria Alice Pinheiro

Edição de Arte

Luiza Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof^a Dr^a Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Aspectos históricos, políticos e culturais da educação brasileira 3

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Ivonete Barreto de Amorim

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A838	<p>Aspectos históricos, políticos e culturais da educação brasileira 3 [recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Maria Teresa Ribeiro Pessoa, Ivonete Barreto de Amorim. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-203-6 DOI 10.22533/at.ed.036202007</p> <p>1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Pessoa, Maria Teresa Ribeiro. III. Amorim, Ivonete Barreto de.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.981</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Prezados leitores, aqui está o resultado de um trabalho feito em várias mãos, que envolve estudantes e pesquisadores de vários contextos do Brasil. Do lado de cá, na organização, professores com experiências e trajetórias diferentes usufruindo da confiança que receberam da Atena Editora, organizaram em 3 volumes, com dois eixos temáticos cada um, os 71 textos que culminam na Coletânea “Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira”.

Uma temática atual e necessária, pois, coloca no centro da discussão científica a educação e seus atores, adornando, um diálogo que perpassa pelos aspectos históricos, políticos e culturais. Nesse cenário (educacional), novos e velhos problemas se encontram, e, por isso, se torna um cenário carente de políticas públicas educacionais eficazes. Socializar resultados de experiências e investigações que foram desenvolvidos muitas das vezes em contextos educacionais, primando pela resolução de problemas sociais de ordem diversas, é primordial.

O volume 3 da Coletânea “Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira”, é constituído de 23 textos, organizados em dois eixos temáticos por onde perpassam temas, que para nós da educação, nos são caros, tais como: aprendizagem, cidadania, ensino, escola, formação de professores, políticas públicas, pós-graduação, privatização, teorias do currículo, entre outros. Diante o exposto, percebe-se que temos aí, temas que são propulsores para uma boa reflexão. A tod@s, uma boa leitura.

Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Ivonete Barreto de Amorim

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO - PARTE I

CAPÍTULO 1	1
O USO DA TECNOLOGIA NA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	
Kleide Ferreira de Jesus Suely Cristina Soares da Gama	
DOI 10.22533/at.ed.0362020071	
CAPÍTULO 2	11
PROJETO DE HORTA ORGÂNICA NA ESCOLA ESTADUAL FREI AMBRÓSIO – CÁCERES – MATO GROSSO - BRASIL	
Maura Rodrigues Palocio Adriely Luiza Ferreira Raoni de Cáceres Menezes Aleixo Luciana Melhorança Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.0362020072	
CAPÍTULO 3	20
OS MANUAIS DIDÁTICOS DE PSICOLOGIA EDUCACIONAL DAS DÉCADAS DE 1940 E 1950 E SUAS IMPLICAÇÕES NA PRÁTICA DOCENTE	
Eder Ahmad Charaf Eddine Lícia Mara Pinheiro Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.0362020073	
CAPÍTULO 4	27
PEDAGOGIA DO OPRIMIDO DE PAULO FREIRE: UM ESTUDO DE CASO, SITUAÇÕES DE OPRESSÃO VIVENCIADA POR MORADORES DA CIDADE DE CÁCERES - MT	
Amanda de Souza Vila Débora Oliveira de Marchi de Mei Dayanne Carla de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0362020074	
CAPÍTULO 5	36
PENSANDO SOBRE OS PAPÉIS DA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA EM TEMPOS DE CRISE SANITÁRIA DO CORONAVÍRUS	
Walace Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.0362020075	
CAPÍTULO 6	46
POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO: ANÁLISE DAS DIMENSÕES CONCEITUAIS	
Jerry Wendell Rocha Salazar Edinólia Lima Portela	
DOI 10.22533/at.ed.0362020076	
CAPÍTULO 7	56
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU: A EXPANSÃO PÚBLICO-PRIVADO NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO NORTE (2003-2017)	
Matheus Lucas Silva de Souza Fabiana Araújo Nogueira	

Alda Maria Duarte Araújo Castro

DOI 10.22533/at.ed.0362020077

CAPÍTULO 8 69

PRÁTICA DOCENTE E ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: QUAL CAMINHO?

Tânia Mara dos Santos Bassi

Vilma Miranda de Brito

DOI 10.22533/at.ed.0362020078

CAPÍTULO 9 83

PRIVATIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: AS AÇÕES DO MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Roberta Cristine de Andrade Passos

DOI 10.22533/at.ed.0362020079

CAPÍTULO 10 92

QUALIDADE SOCIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: POLÍTICAS E PRÁTICAS CURRICULARES NO MUNICÍPIO DE DIADEMA

Xirlaine dos Anjos Sousa

William Santos Nascimento

Géssica Natália Campos

DOI 10.22533/at.ed.03620200710

CAPÍTULO 11 100

RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA: O QUE DIZEM OS ESTUDOS ACADÊMICOS?

Emilly Amorim Medeiros

Marcia Cristina Argenti Perez

DOI 10.22533/at.ed.03620200711

CAPÍTULO 12 111

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS: PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Marinete Aparecida Martins

Leonardo Mendes Bezerra

Leo Victorino da Silva

DOI 10.22533/at.ed.03620200712

EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO - PARTE II

CAPÍTULO 13 120

RELIGIÃO E EDUCAÇÃO: OS PRINCÍPIOS RELIGIOSOS NO ENSINO PÚBLICO

Rafael Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.03620200713

CAPÍTULO 14 127

SIMULADOR DE GASES

Guilherme Tavares Tel

Gabriel Felipe de Souza Gomes

Gabriel Tolardo Colombo

Isabela Antunes de Souza Lima

Marcos Cesar Danhoni Neves

DOI 10.22533/at.ed.03620200714

CAPÍTULO 15 133

THE REI MAGOS FORTRESS. BRAZIL. - AN ARCHAEOLOGICAL STUDY OF A SIXTEENTH CENTURY FORTIFICATION

Marcos Antonio Gomes de Mattos de Albuquerque
Veleda Christina Lucena de Albuquerque

DOI 10.22533/at.ed.03620200715

CAPÍTULO 16 158

O USO DA TECNOLOGIA COMO FACILITADORA PARA RESOLUÇÃO DE ATIVIDADES EXTRACLASSE NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSORA VIRGILIA BEZERRA DE LIMA, DELMIRO GOUVEIA – AL

Wilma Lima Maciel
José Fábio Oliveira
Conceição Maria Dias de Lima

DOI 10.22533/at.ed.03620200716

CAPÍTULO 17 173

UM OLHAR DE HANNAH ARENDT SOBRE A ESCOLA. - VIOLÊNCIA VERSUS CIDADANIA

Pedro Geraldo Saadi Tosi
Lamia Jorge Saadi Tosi

DOI 10.22533/at.ed.03620200717

CAPÍTULO 18 188

UMA BREVE REVISÃO SOBRE TEORIAS DO CURRÍCULO

João Paulo Buraneli Mantoan
Rodrigo Leite da Silva

DOI 10.22533/at.ed.03620200718

CAPÍTULO 19 200

UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E LEGAL SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ana Luiza Barcelos Ribeiro
Bianka Pires André

DOI 10.22533/at.ed.03620200719

CAPÍTULO 20 214

PROGRAMA ALEGRIA - O USO DE FERRAMENTAS LÚDICAS NA EDUCAÇÃO E SAÚDE NO TRABALHO DENTRO DA MATERNIDADE

Claudia de Lima Ribeiro
Ana Paula Vieira dos Santos Esteves
Mairon Mota da Silva
Olinda Cizoski França
Lara Emily Gomes Fernandes Viana
Otávio Silva do Canto

DOI 10.22533/at.ed.03620200720

CAPÍTULO 21 222

UTILIZANDO UM JOGO VIRTUAL PARA ENFATIZAR CONCEITOS DE GRANDEZAS FÍSICAS NO ESTUDO DA ATMOSFERA NO ENSINO FUNDAMENTAL

José Carlos de França
Erlânia Lima de Oliveira
Antônio Kalielso Silveira de Mendonça
Rafael Castelo Guedes Martins

DOI 10.22533/at.ed.03620200721

CAPÍTULO 22	231
VIABILIDADE FINANCEIRA DO PROJETO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA EM ESCOLAS DE MINAS GERAIS	
Fábio Proença de Carvalho	
Robert Delano de Souza Correa	
André Filipe Soares Ramos	
Cristina de Souza Domingues Raposo	
DOI 10.22533/at.ed.03620200722	
CAPÍTULO 23	247
VÍDEO DE AULA PRÁTICA LABORATORIAL COMO METODOLOGIA ATIVA NA DISCIPLINA DE MICROBIOLOGIA DE ALIMENTOS	
Maria Karoline Leite Andrade	
Ana Livia de Araújo Pessoa	
Beatriz Lima Arnaud	
Claísa Andrea Freitas Rabelo	
João Mário Pompeu de Sousa Brasil	
Lenice Matos Lima	
Letícia Michelle Lima de Araújo	
Nildyane Carvalho Pontes	
Sofia Barros Freire	
Stefannie Alves Torres	
Victor Vincent Moraes de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.03620200723	
SOBRE OS ORGANIZADORES.....	254
ÍNDICE REMISSIVO	256

PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU: A EXPANSÃO PÚBLICO-PRIVADO NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO NORTE (2003-2017)

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 01/04/2020

Matheus Lucas Silva de Souza

Universidade Federal do Rio Grande do Norte,
Programa de Pós-graduação em Educação
Natal – Rio Grande do Norte
<http://lattes.cnpq.br/1535503515836747>

Fabiana Araújo Nogueira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte,
Programa de Pós-graduação em Educação
Ceará-Mirim – Rio Grande do Norte
<http://lattes.cnpq.br/1713426764650482>

Alda Maria Duarte Araújo Castro

Universidade Federal do Rio Grande do Norte,
Programa de Pós-graduação em Educação
Natal – Rio Grande do Norte
<http://lattes.cnpq.br/1267050454995209>

RESUMO: O capítulo analisa a expansão da pós-graduação no Brasil e no Rio Grande do Norte, tomando como referência o número de programas e de matrículas de pós-graduação, no período de 2003 a 2017. As análises foram realizadas a partir de séries históricas elaboradas com dados disponibilizados pelo GEOCAPES. Os estudos mostram uma expansão da pós-graduação no Brasil, tanto

na rede pública quanto na rede privada, com um maior crescimento da rede privada, esta tendência é seguida pelo Estado do Rio Grande do Norte, reforçando o caráter privatizante da educação.

PALAVRAS-CHAVE: Expansão. Pós-graduação. Público e privado.

RESUMEN: El capítulo analiza la expansión de la pos-graduación en Brasil y en Rio Grande do Norte, tomando como referencia el número de programas y de matrículas de pos-graduación, en el período de 2003 a 2017. Los análisis han sido realizados a partir de series históricas elaboradas con datos ofrecidos por el GEOCAPES. Los estudios muestran una expansión de la pos-graduación en Brasil, tanto en la red pública cuanto en la red privada, con un mayor crecimiento de la red privada, esta tendencia es seguida por el Estado de Rio Grande do Norte, reforzando el carácter privatizador de la educación.

PALABRAS-CLAVE: Expansión. Pos-Graduación. Público y privado.

1 | INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as reformas neoliberais implementadas em todos os setores da vida social impactaram diretamente o campo educacional, trazendo várias modificações nas políticas para a educação superior, entre elas as modificações no financiamento, na gestão dos sistemas, na diversificação da oferta e na redução do setor público. Faz-se necessário considerar que as mudanças ocorridas nesse campo ocorreram atreladas às modificações e às exigências do setor produtivo, ou seja, pautadas em função do modelo de produção vigente no atual período. Esse processo, tem se intensificado pela constante evolução das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) e por sua utilização para satisfazer a demanda do setor consumidor.

As políticas neoliberais, ao pregarem a redução do estado nos serviços sociais, provocaram cortes no financiamento da educação pública propiciando uma grande expansão do setor privado mercantil, que enxergou nesse campo um nicho frutífero para o seu crescimento. Dois motivos podem ser explicativos desse fato: a necessidade de atender a uma grande demanda existente no país pelo ensino superior e a necessidade crescente de inserção do país na economia global. Colocada como central nas agendas políticas, a educação, principalmente a de nível superior, tornou-se peça chave dos governantes, tendo em vista que esses níveis de ensino são considerados *locus* de produção do conhecimento. Vários foram os documentos elaborados em nível internacional e nacional para orientar a expansão do sistema de educação superior com foco na pós-graduação. No Brasil, documentos como os Planos Nacionais de Educação e os Planos Nacionais de Pós-graduação apresentavam diretrizes com orientações para a consecução desse objetivo.

Para discutir essa temática, o capítulo se estrutura em três seções: a primeira discute as mudanças políticas e econômicas que ocorreram nas últimas décadas e suas repercussões para a expansão da educação superior, com ênfase na pós-graduação. A segunda discute os Planos Nacionais de Pós-Graduação e sua importância para a expansão desse nível de ensino e a terceira analisa a partir de séries históricas a configuração da pós-graduação no Brasil e no Rio Grande do Norte, considerando o número de programas e matrículas e, por fim, apresenta algumas considerações sobre a temática.

2 | NOVAS DEMANDAS PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM UM CONTEXTO GLOBAL

As mudanças socioeconômicas, culturais e tecnológicas presentes nas últimas décadas provocaram novas necessidades formativas para a educação superior, sobretudo a pós-graduação que, por sua própria função de produção de saberes, prepara indivíduos para um mundo globalizado, sem fronteiras e centrado no conhecimento. Segundo Mancebo (2008, p. 57), com a adoção da pauta neoliberal no Brasil, surgiram implicações

“não só para a vida econômica, mas também para diversas relações que se estabelecem entre os homens”.

Essas mudanças de cunho neoliberal foram desencadeadas por uma crise estrutural do capital, seguida por uma reestruturação produtiva. De acordo com Antunes (1999), a partir do início dos anos de 1970, o capitalismo passou por estágio crítico, cujos traços mais evidentes foram: a queda da taxa de lucro, o esgotamento do padrão de acumulação taylorista-fordista de produção, a maior concentração de capitais graças às fusões entre empresas monopolistas e oligopolistas, a crise do “Estado de bem-estar social”, e o incremento acentuado das privatizações.

Consequentemente, entra em cena um modelo de produção mais ágil e flexível de acumulação do capital, denominado de “acumulação flexível”, associado a um sistema de regulamentação política e social bem distinto, o qual se caracteriza “pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (HARVEY, 2011, p. 140).

Esse também é o pensamento de Antunes (1999, p. 31) para quem, o capital para responder a sua própria crise,

iniciou um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, na qual a era Thatcher-Reagan foi a expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumento necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores.

Esses acontecimentos trouxeram grandes mudanças para os setores econômicos, sociais, culturais e políticos das sociedades capitalistas, inclusive para o Brasil. No entendimento de Ianni (1998, p. 27), “em todos os países, as práticas e ideias neoliberais estão presentes e ativas”. Esse ideário estabelece uma política de “Estado Mínimo” na qual o Estado é desresponsabilizado de ações de cunho econômico ou social, pois acredita-se que o mercado por si só poderá regular essas dimensões. O conjunto de ideias políticas e econômicas do neoliberalismo anda *pari passo* ao da globalização, o qual viabiliza o fluxo de tecnologia, economia, conhecimento, pessoas, valores e ideias, além das fronteiras, corroborando com a ideia de livre mercado. No entanto, esses fenômenos afetam a cada país de uma maneira diferente tendo em vista a história individual de cada nação, as suas tradições, a sua cultura e as suas prioridades. A partir dessas ideias, Ianni (1998, p. 28) afirma que:

O capital atravessa territórios e fronteiras, mares e oceanos, englobando nações, tribo, nacionalidades, culturas e civilizações [...] globalizam-se as tecnologias de todos os tipos, compreendendo crescentemente as eletrônicas e informáticas. A informática concretiza, agiliza e generaliza os processos decisórios, favorecendo a dinâmica das empresas, corporações e conglomerados. Multiplicam-se as redes de todos os tipos, incluindo os movimentos de capitais, mercadorias, gentes e ideias.

Esses fatores expostos por Ianni (1998) por diferentes razões têm repercutido na importância que a educação superior vem assumindo nas sociedades globais. Essa também é a visão de Dias Sobrinho (2005), para o autor, diante do contexto de mudanças que a globalização e o neoliberalismo proporcionaram para a sociedade atual, o conhecimento vem se associando cada vez à utilidade prática e a sua aplicabilidade, em uma visão mais instrumental. No seu entendimento, é notório que, “quer adote uma ou outra linha de reflexão ante a globalização, o fato é que ela afeta direta ou indiretamente a todas as instituições e mais ou menos a todas as pessoas do planeta” (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 47).

Diante do atual estágio que o capitalismo se encontra, Santos (2000) evidencia que a economia no mundo globalizado é movida, em sua maioria, pelo conhecimento, especialmente pelo conhecimento aplicável e útil para as empresas. É necessário para essa economia que amplos setores da população, em diferentes níveis, se apropriem dos conhecimentos aplicáveis para aumentar a base de produção e de consumo dos produtos industriais. Do ponto de vista da economia globalizada, torna-se importante que haja expansão da educação superior em todos os seus níveis (números de instituições e matrículas), para formar pessoas com capacidade de produzir e de consumir as mercadorias.

Desse modo, o conhecimento é tido como o principal elemento da atual sociedade, denominada “sociedade da informação” ou “sociedade do conhecimento”. Esse conceito é criticado por Dias Sobrinho (2005, p. 111) pois, no seu entendimento, nem todos têm acesso ao conhecimento. O autor defende que:

A chamada sociedade do conhecimento traz inseparadamente, enormes possibilidades e desafios à educação e à sociedade em geral. O conhecimento, especialmente aquele resultante das resoluções técnicas de informação e comunicação, é a principal matéria-prima do desenvolvimento econômico e gera um mercado mundial de capital humano altamente seletivo e cada vez mais sem fronteiras. Por outro lado, a maioria da população mundial sequer tem meios de acesso a esses benefícios. O principal desafio da educação em países pobres e emergentes, o Brasil está incluindo, é a desigualdade. A educação superior, como óbvio, enfrenta um sério problema de equidade.

No âmbito da pós-graduação no Brasil, essa desigualdade é ainda mais perceptível, pois apenas um número muito pequeno de pessoas tem acesso a esse nível de ensino, que passa assim a ser caracterizado como seletivo e um privilégio de poucos estudantes. Isso pode ser explicado, tendo em vista que a implementação desse nível de educação no Brasil é relativamente nova. Suas iniciativas mais consistentes vão ocorrer com criação da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atual Capes), criada em 11 de julho de 1951 com o objetivo de “assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país” (BRASIL, 1951). Seguiram-se a sua criação o Decreto nº 86.816, de 5 de janeiro de 1982 – que

acrescentou novas competências a Capes, entre elas, a elaborar o Plano Nacional de Pós-Graduação, bem como acompanhar e coordenar a sua execução – portanto, uma atuação muito recente, e o Parecer nº 977/65, conhecido como Parecer Sucupira, que passou a conceituar e normatizar os cursos de pós-graduação na educação superior brasileira, através da definição dos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado).

3 I PLANOS NACIONAIS DE PÓS-GRADUAÇÃO: DIRETRIZES E OBJETIVOS

A criação e expansão da pós-graduação *stricto sensu* levou à necessidade de um planejamento para esse nível de ensino, exigindo das autoridades competentes a elaboração de planos nacionais para determinar diretrizes, objetivos e estratégias para a política educacional. Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG), elaborados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), se caracterizam como um dos principais direcionamentos de sua intensa função regulatória na implementação da pós-graduação no Brasil, delimitados conforme o Parecer nº 977/65 do Conselho Federal de Educação.

O I PNPG (1975-1979) foi aprovado em julho de 1975, estabelecendo um conjunto de atividades, análises e estratégias a serem desenvolvidas nas instituições de ensino superior e nas instituições de pesquisa, em nível de pós-graduação. O Plano tinha também como objetivo corrigir alguns desvios provocados pela rápida expansão da pós-graduação na época, além de ter como propósito a sua institucionalização e a sua integração à universidade em que se encontrava articulada (BRASIL, 1975). A partir daquele momento, a expansão deveria tornar-se objeto de planejamento estatal, considerando a pós-graduação como subsistema do sistema universitário e este, por sua vez, do sistema educacional.

O II PNPG (1982-1985) enfatizava mais a qualidade no ensino da graduação e da pós-graduação, pretendendo com as medidas a serem adotadas a superação dos efeitos negativos da heterogeneidade regional e institucional, levando em consideração que especialmente as regiões mais pobres necessitam de recursos humanos capazes de enfrentar com competência os problemas fundamentais que marcavam a realidade socioeconômica da época (BRASIL, 1982). Enfatiza-se, nesse processo, a importância da avaliação, da participação da comunidade científica e do desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica.

O III PNPG (1986-1989) destaca que apesar do grande progresso alcançado na institucionalização da pós-graduação nas universidades por meio dos planos anteriores, este processo ainda não estava concluído, ou seja, ele foi formulado tomando como premissa básica a constatação de que os objetivos centrais do I PNPG e do II PNPG, isto é, a consolidação e o fortalecimento qualitativo, não foram plenamente alcançados. Dessa

forma deveria permanecer como objetivo um acrescido esforço para a institucionalização e ampliação das atividades de pesquisa, como elemento indissociável da pós-graduação (BRASIL, 1986). Assim, o Plano buscou priorizar a necessidade de estreitamento das relações entre a universidade, a pós-graduação e o setor produtivo, tanto como meio de buscar novas fontes de financiamento quanto como mecanismo de aplicação das pesquisas.

Com relação ao IV PNPG, Ramalho e Madeira (2005) afirmam que após o III PNPG houve um período em que nenhum plano vingou no âmbito do governo federal para a pós-graduação nacional. Aquele que seria o IV Plano, devido a problemas de várias ordens, não chegou a ser implantado como plano efetivo, mas suas diretrizes e instrumentos pautaram as ações da Capes de 1996 a 2004. Segundo Santos e Azevedo (2009), os debates em torno da formulação do IV PNPG sugeriram que ele contemplasse os princípios de autonomia institucional e flexibilização. Isso significava que cada universidade deveria assumir a responsabilidade pela gestão de seu sistema de pós-graduação e propor modelos abertos de acordo com seus objetivos e sua vocação específica. Porém, houve outras medidas para a pós-graduação nesse período. A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9394/96, por exemplo, trouxe novas exigências para a pós-graduação e apresenta no Art. 66 que “a preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado” (BRASIL, 1996).

O V PNPG (2005-2010) é aprovado em 5 de janeiro de 2005, abarcando um grande conjunto de propostas e diretrizes institucionais e orçamentárias (um conjunto de metas, orçamento e políticas) para redução das assimetrias nas regiões brasileiras acerca da pós-graduação. O Plano propõe que o total de doutores formados em 2010 deverá atingir a marca de aproximadamente 16.300 e 45.000 de mestres, como também prevê um acréscimo no orçamento de bolsas e fomento no valor de R\$1,66 bilhões. Projeta também que, alcançadas essas metas, o Brasil atingirá, em 2010, o número de doutores por 100 mil habitantes equivalente ao nível alcançado pela Coreia em 1985 (BRASIL, 2005). Vale salientar que o período de duração desse Plano se diferencia dos anteriores, pois sua vigência estava proposta para cinco anos, enquanto os outros tinham de três a quatro anos para sua execução.

Outro fator importante a destacar é que o V Plano incorpora o princípio de que o sistema educacional é fator estratégico no processo do desenvolvimento científico, cultural, tecnológico e social do país e que para isso é preciso combater as assimetrias e dar ênfase à formação de recursos humanos para a inovação tecnológica no mundo globalizado e competitivo, bem como de quadros técnicos (via mestrado profissional) para os setores de serviços públicos e privados. Em síntese, esses cinco PNPS foram protagonistas de importantes etapas na história da pós-graduação brasileira, da qual podemos destacar: a capacitação dos docentes das universidades, formando o primeiro contingente de

pesquisadores e especialistas em âmbito federal; a preocupação com o desempenho e a qualidade; a flexibilização do modelo de pós-graduação; o aperfeiçoamento do sistema de avaliação e a ênfase na internacionalização e o combate às assimetrias tendo em vista os impactos das atividades de pós-graduação no setor produtivo e na sociedade.

Atualmente, está vigorando o VI PNPG (2011-2020), propondo dar sequência aos cinco Planos anteriores e introduzir novas e importantes inflexões. Esse Plano traz como objetivo definir novas diretrizes, estratégias e metas para dar continuidade e avançar nas propostas para a política de pós-graduação no Brasil, tendo como eixos de sua atuação: a expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), reportando-se à questão das assimetrias regionais; a criação da agenda nacional de pesquisa e o aperfeiçoamento da avaliação (BRASIL, 2011).

Estruturada, tendo como orientação as políticas definidas nos PNPGs, e submetida às constantes avaliações da Capes, a Pós-graduação brasileira vem se consolidando nos últimos anos não só pela qualidade, mas também pela sua ampliação quantitativa – o que pode ser evidenciado pelo crescente número de programas, cursos e matrículas.

4 | EXPANSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO NORTE (2003-2017)

Os indicadores da Pós-graduação evidenciam um crescimento acelerado, sobretudo no final da década de 1990. Segundo Oliveira e Fonseca (2010), essa expansão se deve em grande parte à política de pós-graduação e de pesquisa, concebida e implementada desde os anos de 1970 por meio das agências da área (Capes, CNPq, Finep e Fundações de Apoio, dentre outras).

Portanto, as políticas de expansão da pós-graduação perpassaram diferentes governos de posições e partidos diferentes. Durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff, de acordo com Sallum Jr. (2010), apesar de não ter havido interrupção do fenômeno da privatização recorrente no governo anterior – caracterizado pelas políticas neoliberais – outras medidas de desenvolvimento social se destacaram nesse período, entre elas o investimento público através do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), o crescimento das políticas de proteção social e, principalmente, a expansão da educação universitária para as classes trabalhadoras e menos abastadas, o que inclui a pós-graduação, objeto de estudo deste artigo.

Nesse contexto, o período a partir do ano de 2003 é considerado por autores como Castelo (2010), Sallum Jr. (2010) e Singer (2015) como o modelo de estado neodesenvolvimentista, embora seja notório que a partir de meados do ano de 2016 houve uma ruptura desse modelo de estado. O modelo desenvolvimentista, segundo Castelo (2010) pode ser entendido como um conjunto de ideias econômicas que prima pela relação entre Estado e mercado, regulando a economia e amenizando as incertezas do

capital globalizado. Para os defensores desse modelo, o Estado deve expandir o mercado interno, sendo preponderante na identificação dos setores estratégicos e também no planejamento de bases que possam facilitar a ação do setor privado na economia e dessa forma o Estado seria um complemento ao mercado e também promotor do bem-estar universal. Diante disso, segundo Castelo (2010, p. 197) afirma que:

O Estado deve garantir condições macroeconômicas e salvaguardas jurídicas que reduzem a incerteza do ambiente econômico, propiciando um horizonte mais previsível do cálculo de risco do investimento privado e aumentando, por sua vez, a demanda por fatores de produção, o emprego e os ganhos dos trabalhadores. Assim o Brasil reduzirá a pobreza e a desigualdade social (CASTELO, 2010, p. 197).

Dentro dessa lógica, o governo adotou políticas expansionistas no campo da educação, com programas de indução e inclusão de alunos nas diferentes modalidades de ensino e aumentou o financiamento da educação, o que repercutiu na expansão da pós-graduação. O destaque desse governo foram as políticas da agenda global – que fomentam a produção do conhecimento – voltadas principalmente para a produção da inovação tecnológica. A evolução apresentada pela pós-graduação é alcançada sob a égide do desenvolvimento tecnológico, visto que, a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, há a construção de um pacto nacional de incentivo à Ciência, Tecnologia e Inovação, dessa forma, a expansão da pós-graduação como um recurso providencial no alcance dessas metas. Este ensejo desenvolvimentista pode ser evidenciado ao destacarmos a Lei de Inovação Tecnológica n. 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que “estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento industrial do país” (BRASIL, 2004, p. 1).

Para Lobo (2011), há uma grande relação entre o nível de desenvolvimento tecnológico de um país e a qualidade de sua educação superior, dessa forma, fica cada vez mais evidente a motivação de o Estado expandir quantitativa e qualitativamente esse nível de educação. Dessa forma, nas últimas décadas, verifica-se uma nova agenda no campo educacional, visando à expansão em todos os níveis e modalidades, com ênfase na pós-graduação *stricto sensu*, o que pode ser comprovado ao analisar os dados do Quadro 1.

Quadro 1 - Número de matrículas em pós-graduação <i>stricto sensu</i> no Brasil e Rio Grande do Norte no período de 2003 a 2017						
Ano	Brasil			Rio Grande do Norte		
	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total
2003	121.392	26.062	147.454	1.810	-	1.810
2005	131.734	30.965	162.699	2.206	33	2.239
2007	148.555	34.980	183.535	2.650	82	2.732
2009	172.371	37.763	210.134	3.438	119	3.557
2011	203.285	40.654	243.939	4.401	101	4.502
2013	240.217	44.331	284.548	5.692	132	5.822
2015	272.391	52.294	324.685	6.840	168	7.008
2017	301.446	57.303	358.749	7.525	226	7.751
Δ%	148%	120%	143%	315%	585%	328%

Fonte: GEOCAPES.

A análise dos dados permite verificar que há um crescimento do número de matrículas na pós-graduação no período de 2003 a 2017. Considerando as redes pública e privada, o crescimento geral da pós-graduação chegou a 143%. No que se refere especificamente ao setor público, no ano de 2003, o número de matriculados era de 121.392, passando para 301.446 em 2017, totalizando um crescimento percentual de 148%. No Rio Grande do Norte, em 2003 o número de matrículas no setor público era de 1.810, passando para 7.525 no ano de 2017, totalizando um crescimento percentual de 315%. Observa-se que o crescimento das matrículas no setor público no Brasil foi sempre ascendente o que também pode ser observado no Rio Grande do Norte.

No setor privado, no ano de 2003, o número de discentes matriculados no Brasil eram de 26.062, passando para 57.303 no ano de 2017, totalizando um crescimento percentual de 120%. No ano de 2003, não se encontra registrada no GEOCAPES a matrícula de discentes no setor privado da pós-graduação *stricto sensu*, e o ano de 2005 registra apenas 33 alunos, o que mostra uma matrícula no setor privado muito incipiente, ficando sob a responsabilidade do setor público a maior parte da formação pós-graduada no Rio Grande do Norte. As matrículas no setor privado, no estado do RN, começam a evoluir lentamente e, no ano 2017, apresentam 226 discentes matriculados, totalizando um crescimento de 585%. Ressalta-se que o número de discente matriculado no setor público é muito superior à matrícula da rede privada, entretanto, o crescimento desse setor indica que existe uma tendência ao crescimento e ao fortalecimento da iniciativa privada na pós-graduação em âmbito nacional e estadual.

Destaca-se também que várias estratégias foram responsáveis por esse crescimento como, por exemplo, a flexibilização outorgada pela Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394 de 1966 – que possibilitou a diversificação do sistema nacional de pós-graduação, concedeu ao longo do tempo a adoção de mestrados profissionais e a distância, e permitiram a incorporação de um maior contingente a esse nível de ensino. Acerca da participação dos

mestrados profissionais na ampliação da pós-graduação, Ferreira (2015, p. 92) destaca alguns fatores que estavam na orientação da Portaria n. 80, de 16 de dezembro de 1998, que cria os mestrados profissionais: o ‘incentivo à cooperação internacional’ – que visava a um efeito multiplicador da pós-graduação; e a garantia da expansão, do crescimento e da consolidação da qualidade do sistema nacional de pós-graduação – caracterizando dessa forma, a tendência a expansão.

Outro indicador que evidencia o crescimento da pós-graduação é o aumento do número de programas de pós-graduação, cujos números são apresentados no quadro 2:

Quadro 2 - Número de programas de pós-graduação no Brasil por categoria administrativa no período de 2003 a 2017						
Ano	Brasil			Rio Grande do Norte		
	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total
2003	1.506	304	1.810	31	01	32
2005	1.657	387	2.044	36	01	37
2007	1.900	492	1.392	40	02	42
2009	2.156	542	2.698	50	02	52
2011	2.522	580	3.102	62	02	64
2013	2.875	634	3.509	76	04	80
2015	3.186	714	3.900	89	04	93
2017	3.471	792	4.263	101	07	108
Δ%	130%	160%	135%	226%	600%	237%

Fonte: GEOCAPES.

No que se refere ao número de programas de pós-graduação, pode-se observar que há um crescimento tanto na esfera pública quanto na privada. O setor público apresenta um grande número de Programas, o que atesta que sua participação na formação pós-graduada do país sempre foi decisiva. Embora no período de 2003 a 2017 o setor público tenha crescido apenas 130% – menos que o setor privado, que cresceu 160% – ainda possui números substancialmente maiores de programas. Em âmbito nacional, no setor público, no ano de 2003 o número de programas de pós-graduação era de 1.506, passando para 3.471 no ano de 2017. No setor privado, em âmbito nacional, no ano de 2003, o número de programas era de 304, passando para 792 em 2017, crescimento de 160%.

No que concerne ao nível estadual, há uma curva de crescimento sempre constante. O setor público cresceu 226%, o que é muito significativo, e a esfera privada cresceu 600% em menos de 15 anos – mais que o dobro do crescimento do setor público que, no ano de 2003, apresentava 31 programas, passando para 101 no ano de 2017. Enquanto no setor privado, no Rio Grande do Norte, em 2003, o número de programas, segundo dados do GEOCAPES, era de apenas 01, passando para 07 em 2017.

Dessa forma, registra-se que a participação desse setor na pós-graduação ainda

é bastante incipiente, no entanto, com as políticas atuais no campo da educação, esse pode ser um campo profícuo para o crescimento de uma pós-graduação mais flexível e diversificada. O crescimento da participação privada vai ocorrer pelo interesse lucrativo, pois, como aponta Rámirez (2011, p. 25), “a educação é um dos maiores setores da economia mundial, dessa forma, é natural que a esfera privada nutra interesse em prestar tais serviços”.

Os resultados mostram que no período estudado há um crescimento constante no número de discentes e programas de pós-graduação no Brasil e no Rio Grande do Norte, tanto na categoria privada quanto na pública. No âmbito nacional, o setor público ainda detém o maior número de alunos matriculados e de programas. No Rio grande do Norte registra-se um maior crescimento percentual na categoria privada, embora o setor público ainda detenha o maior número de programas e de matrículas.

5 | CONCLUSÃO

As políticas de pós-graduação implementadas no país nas últimas décadas procuraram atender às orientações dos organismos internacionais e se ajustaram às exigências globais e às políticas neoliberais que evidenciavam na sua agenda a necessidade de uma maior produção de conhecimento, uma mão de obra mais bem qualificada e uma formação realizada com a participação do setor privado. Dessa forma, as exigências e as demandas de uma sociedade globalizada proporcionaram uma crescente expansão da educação superior, principalmente na pós-graduação nos diversos âmbitos e nas categorias pública e privada.

Os dados analisados mostram uma notória expansão do número de programas de pós-graduação e das matrículas no período de 2003 a 2017 no Brasil e também no Estado do Rio Grande do Norte. Pode-se dizer que essa expansão guarda estreita relação com as políticas adotadas no governo desse período, que além de priorizar o capital também adotou uma política mais inclusiva, com um maior financiamento, permitindo um maior crescimento desse nível de ensino. Os dados mostram um crescimento constante nas duas categorias administrativas, tanto no que se refere ao número de discentes matriculados, quanto ao número de programas, contudo categoria pública ainda é a grande financiadora desse nível de ensino. No entanto, não se pode desconsiderar que tem havido um crescimento significativo de programas de pós-graduação no setor privado, associado à implementação das políticas de cunho neoliberal que têm favorecido a privatização do campo educacional.

Considera-se que enquanto a educação superior estiver ligada aos ordenamentos do desenvolvimento econômico sob a égide do capital globalizado a esfera privada terá assídua participação nestas práticas, não apenas na oferta de matrículas e vagas em suas instituições, mas também no financiamento de pesquisas e investigações dentro da

esfera pública, nas parcerias entre universidades públicas e empresas, e principalmente na investida da lógica mercantilista. É importante ressaltar que a privatização da educação superior seguirá como tendência, visto que a promulgação da Emenda Constitucional nº 95 (15/12/2016) manterá os gastos nesta dimensão estagnados por 20 anos, resultando na ausência de verbas suplementares. Tal fato implicará em um crescente protagonismo do setor privado nos diversos serviços da educação superior, principalmente nas ofertas de vagas e matrículas necessitadas para atender, por exemplo, as metas propostas pelo atual Plano Nacional de Educação (2014-2024).

Por fim, conclui-se reafirmando que a educação superior deve estar voltada para a formação acadêmica e cidadã, não meramente para atender as demandas provenientes do setor produtivo e sim com fim de estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico, tecnológico e do pensamento reflexivo dos sujeitos, assim como, de incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando desenvolver o entendimento do homem e do contexto em que ele está inserido.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. Dimensões da crise estrutural do Capital. *In*: ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm. Acesso em: 25 mar. 2020.

BRASIL, Casa Civil (2004). **Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 03 de dezembro. p. 1.

BRASIL. **VI Plano Nacional de Pós-Graduação. (2011-2020)**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2019.

BRASIL. **II Plano Nacional de Pós-Graduação. (1982-1985)**. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/II_PNPG.pdf. Acesso em: 28 fev. 2019.

BRASIL. **I Plano Nacional de Pós-Graduação. (1975-1979)**. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/I_PNPG.pdf. Acesso em: 28 fev. 2019.

BRASIL. **III Plano Nacional de Pós-Graduação. (1986-1989)**. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/III_PNPG.pdf. Acesso em: 28 fev. 2019.

BRASIL. **V Plano Nacional de Pós-Graduação. (2005-2010)**. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/PNPG_2005_2010.pdf. Acesso em: 28 fev. 2019.

BRASIL. **VI Plano Nacional de Pós-Graduação. (2011-2020)**. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2019.

BRASIL. **Parecer CFE nº 977/65, aprovado em 3 dez. 1965**. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbedu/n30/a14n30.pdf. Acesso em: 28 fev. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 86.816, de 5 de janeiro de 1982**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-86816-5-janeiro-1982-436737-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 fev. 2019.

CASTELO, R. **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

DIAS SOBRINHO, J. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado: a sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

FERREIRA, L. R. **O trabalho do professor jovem-doutor na pós-graduação: produção de conhecimento e discurso do professor**. 2015. 207 f. (Tese). Doutorado em Educação. Departamento de Educação. Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, São Carlos, SP. Brasil, 2015.

GEOCAPES. **Sistema de dados estatísticos da CAPES**. Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>. Acesso em: 25 mar. 2020.

IANNI, O. **Globalização e Neoliberalismo**. 2. ed. São Paulo, v. 12, n. 2, 1998.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

LOBO, R. L. Os desafios do mercado e o futuro da educação superior: prospecção dos cenários para os diferentes tipos de IES. In: CUNHA, C.; SOUSA, J. V.; SILVA, M. A. (Org.). **Políticas públicas de educação na América Latina: lições aprendidas e desafios**. Campinas: Autores Associados, p. 147-164, 2011.

MANCEBO, Deise. Reforma da Educação Superior: o debate sobre a igualdade no acesso. In: **Educação Superior no Brasil - 10 anos pós-LDB**. BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília. (Org.) Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

OLIVEIRA, João Ferreira; FONSECA, Marília de. A pós-graduação brasileira e o seu sistema de Avaliação. In: OLIVERIA, João Ferreira; CATANI, Afrânio Mendes; FERREIRA, Naura Syria Carapeto. (Org.). **Pós-Graduação e Avaliação**. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

RAMALHO, Betania Leite; MADEIRA, Vicente de Paulo Carvalho. A pós-graduação em educação no Norte e Nordeste: desafios, avanços e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**. Especial sobre os 40 anos da Pós-Graduação em Educação. n. 30. Campinas/SP, 2005.

RÁMIREZ, G. Ensino Superior no mundo. In: COLOMBO, S; RODRIGUES, G. (Org.). **Desafios da gestão universitária contemporânea**. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 23-42.

SANTOS, Ana Lúcia Felix dos; AZEVEDO, Janete Maria Lins de. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. **Revista Brasileira de Educação**. v. 14. n. 42. set./dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n42/v14n42a10.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2019.

SALLUM JR., Brasília. El Brasil en la "pos-transición": la institucionalización de una nueva forma de Estado. In: BIZBERG, Ilán. (Comp.). **México En El Espejo Latinoamericano: ¿Democracia o Crisis?** México D.F. El Colegio de México. Fundación Konrad Adenauer, 2010.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas – o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos Cebrap**, n. 102, 2015, p. 43-71.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aprendizagem 2, 3, 5, 9, 11, 13, 14, 20, 23, 38, 54, 55, 71, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 86, 88, 91, 95, 96, 98, 102, 103, 105, 106, 108, 109, 111, 112, 114, 117, 118, 119, 125, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 170, 171, 172, 174, 175, 177, 184, 190, 191, 196, 197, 198, 202, 204, 210, 213, 222, 224, 228, 229, 236, 248, 249, 251, 252, 253, 255

Arqueologia Militar 134

Atividades Lúdicas 215, 217

Atmosfera Terrestre 222, 223, 224, 225, 226, 229

C

Cidadania 13, 49, 55, 84, 96, 123, 125, 164, 173, 174, 180, 181, 183, 185, 186, 187, 196, 251

D

Deficiência Intelectual 69, 71, 72, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 103, 107, 204

E

Educação Ambiental 12, 13, 14, 17, 18, 19

Educação do Campo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10

Educação e Saúde 214, 215, 217

Educação e Tecnologia 111, 114, 117

Educação Pública 37, 43, 57, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 99, 120, 121, 122, 123, 124, 126

Ensino Fundamental 11, 13, 14, 16, 32, 69, 94, 98, 109, 124, 159, 160, 164, 171, 204, 205, 208, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 236, 237, 239, 240, 241

Ensino Religioso 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126

Escola 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 25, 26, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 47, 48, 52, 53, 54, 55, 69, 70, 72, 75, 76, 77, 79, 80, 82, 87, 88, 90, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 120, 122, 123, 124, 125, 158, 159, 160, 163, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 190, 192, 193, 194, 197, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 213, 219, 222, 224, 226, 228, 229, 233, 235, 236, 238, 239, 241, 243, 244, 246, 252, 253, 254, 255

Expansão 51, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 65, 66, 118, 162, 163, 180

Experimento Didático 127

F

Formação 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 18, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 49, 61, 64, 65, 66, 67, 69, 71, 72, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 88, 89, 90, 94, 95, 96, 97, 98, 102, 104, 107, 112, 117,

118, 119, 121, 123, 124, 125, 158, 173, 174, 176, 179, 186, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 198, 199, 202, 203, 206, 207, 208, 209, 216, 223, 226, 227, 228, 229, 241, 249, 251, 252, 253, 254, 255
Formação de Professores 7, 22, 23, 26, 81, 82, 112, 117, 188, 189, 193, 198, 203, 254, 255
Fortificação 134, 157

G

Gases 127, 128, 130, 131, 143, 144

Gestão da Educação 46, 48, 54, 55

I

Ímãs 127, 128, 129, 130, 131

J

Justiça Curricular 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98

M

Microbiologia 247, 248, 249, 250, 251, 252

Monitoria 248

O

Opressão 27, 30, 31, 32, 33, 34

Oprimido 10, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34

P

Pandemia do Coronavírus 36, 37, 41, 44

Papéis Sociais 36, 43

Política 4, 5, 7, 10, 32, 33, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 60, 62, 66, 68, 70, 77, 78, 81, 84, 85, 86, 87, 91, 93, 95, 96, 98, 106, 120, 125, 158, 174, 175, 176, 181, 193, 197, 200, 206, 209, 212, 216, 217, 220, 233

Políticas Públicas 3, 5, 38, 39, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 68, 83, 84, 88, 89, 99, 109, 173, 174, 175, 185, 200, 204, 205, 209, 210, 213, 217, 236, 255

Pós-Graduação 34, 46, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 83, 111, 115, 158, 193, 200, 213, 246, 254, 255

Práticas Curriculares 92, 93

Práticas Pedagógicas 7, 47, 69, 72, 78, 81, 96, 118, 197, 249

Privatização 58, 62, 66, 67, 83, 84, 85, 86, 87, 234, 244

Psicologia Educacional 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26

R

Relação Escola-Família 100, 101, 103, 106

S

Sustentabilidade 11, 12

T

Tecnologia 1, 2, 7, 9, 58, 63, 87, 111, 114, 117, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 171, 230, 248, 249, 252, 253, 254

Teorias do Currículo 188, 189, 198, 199

V

Viabilidade Financeira 231, 242, 243

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

3



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

3



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br